

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 50ª REUNIÃO**

**5**Data: 20 e 21 de março de 2006

**6**Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

**8PARTICIPANTES CTPOAR:**

- 10**▪ Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidadess.gov.br)
- 11**▪ Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- 13**▪ Ministério do Meio Ambiente – ANA: ausente
- 14**▪ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- 16**▪ Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- 17**▪ Ministério da Saúde: Fuad Moura Guimarães Braga (fuad.Braga@funasa.gov.br)
- 18**▪ Conselhos Estaduais MG/ES: Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
- 19**▪ Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- 20**▪ Conselhos Estaduais CE/BA: Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues (zoltan@srh.ba.gov.br)
- 22**▪ Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza P. Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- 23**▪ Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (vcastro.not@terra.com.br)
- 24**▪ Conselhos Estaduais PI/SE: ausente
- 25**▪ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- 27**▪ Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira – (eriveltols@sanepar.com.br)
- 29**▪ Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- 30**▪ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ana Cláudia da Silva (anaclaudia@semarh.goias.gov.br)
- 32**▪ Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

**34CONVIDADOS:**

- 36**▪ Célia Regina Bueno Paus Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- 37**▪ Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- 38**▪ Diógenes Mortari – ADASA/DF – (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- 39**▪ Elisa Filgueiras Soares – ADASA/DF – (elisa.soares@adasa.df.gov.br)
- 40**▪ Luís Gustavo Miranda Mello – SEAP/DF – (luismello@seap.gov.br)
- 41**▪ Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mdiniz@iema.es.gov.br)
- 42**▪ Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA/DF – (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- 43**▪ Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)

**45RELATORIA CTPOAR:**

- 46**▪ Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

**48ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**49**Às 10h do dia 20 de março do ano de dois mil e seis, sob a presidência da Sra. Leila de  
**50**Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 50ª Reunião da Câmara Técnica de

51 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do  
52 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a  
53 presença, e solicitou a apresentação dos presentes. *Item 2 - Aprovação das Atas da 49ª*  
54 *Reunião da CTPOAR*. A ata foi aprovada com modificações. *Item 3 - Continuação da análise*  
55 *das propostas encaminhadas referentes à Minuta de Resolução que estabelece diretrizes para*  
56 *a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos*  
57 *hídricos com os de licenciamento ambiental.* Antes do início da discussão do tema a Sra.  
58 Leila (CERH/SP) lembrou o desgaste ocorrido durante a última reunião, considerando o  
59 tempo consumido para a discussão do tema e a repetição de idéias. Assim solicitou que todos  
60 mantivessem a concentração e que primeiramente fossem discutidas as questões de mérito.  
61 Ressaltou então a primeira sugestão, que seria da Indústria, sendo a substituição da palavra  
62 integração e posteriormente a ordenação das outorgas e das licenças ambientais. Sugeriu  
63 então que a Sra. Patrícia, objetivamente, apresentasse a proposta da Indústria, com as  
64 respectivas justificativas. A Sra. Sandra (SECTMA/PE) comentou que a proposta de  
65 resolução apresentada pela Indústria parecia estar dando diretrizes para procedimentos,  
66 considerando isso um equívoco. Sugeriu que a discussão primeiramente fosse focada na  
67 ementa da proposta de resolução, melhorando-a. O Sr. Cláudio (ONG) solicitou um cuidado  
68 especial quanto o uso da palavra integração no percorrer do texto e insistiu na permanência da  
69 palavra por todo o seu significado. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que o conceito de  
70 integração seria mais complexo e a substituição por articulação seria viável. A Sra. Patrícia  
71 (Indústria), sugeriu que além da proposta de resolução, deveria ainda ser discutida uma  
72 proposta de Moção, a ser aprovada no âmbito do CNRH, reforçando a questão da informação  
73 como principal instrumento de integração em especial com propostas de encaminhamentos  
74 para o fortalecimento do Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos,  
75 desenvolvido no âmbito da ANA e com articulação, participação e integração com os  
76 Sistemas Estaduais; e uma moção CONAMA a ser encaminhada para os órgãos de meio  
77 ambiente, indicando o uso da resolução de articulação do CNRH. Sugeriu que fosse mantida a  
78 metodologia de leitura dos artigos da proposta de resolução versão de 16/02/2006. O Sr.  
79 Rodrigo (SRH) e a Sra. Patrícia (Indústrias), acenaram modificações de forma no parágrafo  
80 único do art. 1º da proposta de resolução em questão. As Sras. Patrícia (Indústrias) e Célia  
81 (SMA/SP) e o Sr. Marcelo (IEMA/ES) sugeriram modificação de forma no art. 2º. O Sr.  
82 Helder (MME) questionou a permanência das definições existentes no art. 2º, contudo a Sra.  
83 Leila (CERH/SP) esclareceu que na última reunião acordou-se pela manutenção diante do  
84 caráter educativo e orientativo que possui. Mencionou ainda que nas sugestões modificativas  
85 elaboradas pelo GT 1616, desta CT, estariam as sugestões referentes a correção do termo  
86 Outorga que seria aplicado genericamente como procedimento e as definições dos tipos de  
87 outorga. Continuaram a análise do texto e acordaram a alteração de ordem entre os art.s 4º e  
88 5º. Quanto a análise dessa ordenação, a Sra. Patrícia (Indústrias) disse ser necessário o  
89 agrupamento dos artigos considerando os momentos ou os gêneros e solicitou que as pessoas  
90 que trabalhassem com o tema se manifestassem quanto a facilidade desse agrupamento para o  
91 entendimento da questão. A Sra. Leila (CERH/SP) mencionou que em função da prática, a  
92 forma atual, ou seja, momentos, estaria mais orientativa e ainda mencionou a necessidade de  
93 padronização para facilidade do usuário. Questionaram o uso o termo usuário e assim optaram  
94 pela substituição para empreendedor. O Sr. Diógenes (ADASA/DF) ponderou sobre a  
95 situação de órgãos outorgantes de recursos hídricos que não possuem a figura da manifestação  
96 prévia e se reportou a Resolução CONAMA nº 237/97 que indica a outorga na fase prévia. A  
97 Sra. Leila (CERH/SP) esclareceu que a outorga de direito de uso de recursos hídricos deveria  
98 ser apresentada na fase da LO para projetos que não interfiram nos recursos hídricos antes de  
99 sua operação. Informou que esse ponto foi objeto de discussão por mais de um ano e que a  
100 intenção maior da existência da manifestação prévia seria de economia para o empreendedor.

101A Sra. Patrícia (Indústrias) lembrou que a manifestação prévia não seria obrigatória, mas que  
102deveríamos alertar os empreendedores na busca desse documento pela tranquilidade que traz  
103para seu planejamento e para o seu processo de licenciamento. O Sr. Helder (MME)  
104questionou como seria realizada a articulação com os órgãos de meio ambiente quando da não  
105existência de manifestação prévia, sugerindo dever, pelo menos, ser necessário um protocolo  
106de entrada no órgão outorgante. A Sra. Patrícia (Indústrias) disse que a proposta do Sr. Helder  
107não garantiria a comunicação entre os órgãos e a certeza de análise positiva dos envolvidos. O  
108Sr. Helder (MME) comentou que o uso do protocolo prosperou quanto ao licenciamento da  
109mineração e a manifestação do DNPM. O Sr. Zoltan (CERH/BA) sugeriu que o órgão de  
110meio ambiente requeresse ao órgão de recursos hídricos uma manifestação quanto ao  
111empreendimento. A Sra. Maria Luiza (CERH/MG) discordou das sugestões apresentadas, por  
112acreditar que desta forma a expressão manifestação prévia perderia peso. O Sr. Helder  
113(MME) concluindo este tema, disse que todos estariam com o mesmo raciocínio e uma nova  
114ordenação dessas outorgas não seria complicada a partir do reduzido número de Estados que  
115já outorgam (50% dos Estados). Questionaram também quanto a permanência do termo  
116quando exigível (para manifestação prévia). A Sra. Maria Luiza (CERH/MG) comentou que a  
117exclusão poderia dificultar a implementação para órgãos que não a praticam. O Sr. Marcelo  
118(IEMA) disse que poderia ser facultativa, mas os órgãos de meio ambiente solicitariam um  
119documento para o órgão de recursos hídricos. A Sra. Leila (CERH/SP) esclareceu que um  
120ofício é considerado como uma manifestação. O Sr. Zoltan (CERH/BA) disse que a  
121manutenção da expressão pode gerar burocracia, quanto a interpretação “ao pé da letra”. A  
122Sra. Maria Luíza (CERH/MG) insistiu pela manutenção do texto pela justificativa já  
123apresentada, pois um ofício não reservaria a vazão como faz uma outorga preventiva, o que  
124foi acatado por todos. Para o art. 7º, a Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu uma melhora no texto a  
125partir das situações colocadas pelos Srs. Helder e Diógenes. A Sra. Maria Luiza (CERH/MG)  
126sugeriu que o § 2º do art. 7º fosse deslocado para o art. 4º, por acreditar que partes dos  
127problemas poderiam ser equacionados na LI. Exemplificou o fato a partir da perfuração de  
128poços que tiveram autorização na LP, por não terem manifestação prévia. O Sr. Roberto  
129(SRH/MMA) esclareceu que na fase da LI a outorga não seria para o poço e sim para o  
130empreendimento. A Sra. Patrícia (Indústrias) discordou e afirmou que um poço seria um  
131empreendimento. O Sr. Roberto (SRH/MMA) esclareceu que água/poço seria insumo e quem  
132receberia a LI seria o empreendimento e esses poços só seriam explorados na LO. A Sra.  
133Célia (SMA/SP) disse concordar em parte com a colocação apresentada, mas que o fato não  
134compreenderia todos os usos de poços, como o caso de loteamentos que a perfuração ocorre  
135após a LI. A Sra. Patrícia (Indústrias) ressaltou o caráter salutar que a manifestação prévia  
136possui para todos os usos de recursos hídricos e que esta não seria exigível em todos os  
137Estados. A Sra. Leila (CERH/SP) esclareceu que o uso do termo empreendimento não foi  
138utilizado por causa da legislação do setor elétrico, mas a palavra interessados poderia ser  
139aplicada. O Sr. Helder (MME) consultou sobre a possibilidade do uso das duas palavras. A  
140Sra. Vera (CERH/RN) insistiu na permanência do termo usuário, pela força que possui a  
141palavra. O Sr. Diógenes (ADASA/DF) disse que as expressões apresentadas são todas válidas  
142e concretas a partir da interpretação de todo o texto, mas que parecia ser mais adequado  
143empreendedor. A Sra. Maria Luiza (CERH/MG) sugeriu um parágrafo no art. 5º para a  
144exceção dos poços de águas subterrâneas. Para o intervalo do almoço foi acordado um  
145período de duas horas, das 12h30 às 14h30. A reunião foi reiniciada retornando as discussões  
146quanto a inserção do parágrafo referente a exceção para águas subterrâneas. O Sr. Roberto  
147(MMA/SRH) lembrou que o empreendedor poderia não solicitar a manifestação prévia. A  
148Sra. Maria Luíza (CERH/MG) explicou a necessidade desse parágrafo a partir da leitura do  
149caput do art. 5º. O Sr. Roberto (SRH/MMA) fez um comparativo entre as fases de um  
150empreendimento com a perfuração de poços, sendo, sondagem geológica, projetos básicos e a

151 fundação. Lembrou da necessidade de instalação de poço para o uso dos operários e  
152 lembrou que a LI seria do empreendimento e não do poço, não havendo necessidade de  
153 excepcioná-lo para LO. Insistiu que para poço a outorga de direito de uso de recursos hídricos  
154 deveria ser na LI, funcionando assim como uma salvaguarda. Lembrou que o período de  
155 fundação de um empreendimento, por sondagem geológica. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG)  
156 tentou esclarecer seu ponto de vista quanto a outorga de direito de recursos hídricos na LO  
157 para poços. O Sr. Cláudio (ONGs) indicou a necessidade de não ser obrigatória a  
158 manifestação prévia para os poços de águas subterrâneas. A Sra. Vera (CERH/RN) externou  
159 sua opinião, imaginando que a licença de perfuração deveria funcionar como manifestação  
160 prévia e o empreendedor solicitaria a outorga de direito de uso de recursos hídricos após os  
161 testes. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) complementou informando que para a LP seria  
162 necessária a manifestação prévia ou autorização de perfuração, e que a perfuração ocorreria  
163 na LI e a exploração na LO. O Sr. Roberto (SRH/MMA) retirou sua opinião após a lembrança  
164 do instrumento autorização de perfuração que preenche o espaço deixado, quando da outorga  
165 de direito de recursos hídricos na LI. Finalizado esse ponto, acordaram pela inserção de um  
166 novo artigo que indicasse a necessidade de troca de informações entre os órgãos de recursos  
167 hídricos e de meio ambiente. A Sra. Leila (CERH/SP) e o Sr. Erivelto (CERH/PR)  
168 apresentaram suas dúvidas quanto a forma de outorga de retificação. Lembraram também da  
169 elaboração de uma proposta de moção que recomendasse a implementação das formas de  
170 procedimentos e articulação da resolução em questão, além da implementação do sistema de  
171 informações, integrando os dados de recursos hídricos e de meio ambiente e colocando metas  
172 a serem atingidas. O Sr. Rodrigo (SRH/MMA) disse acreditar ser interessante a proposta de  
173 moção, mas questionou a forma de fomentar essas ações nos Estados, podendo não ficar tão  
174 adequada, por ser proveniente do SINGREH. A Sra. Patrícia (Indústrias), corroborando com o  
175 Sr. Rodrigo, informou que as resoluções do CONAMA seriam mandatárias então acreditaria  
176 que os termos a serem utilizados deveriam se adequar a forma do CONAMA. O Sr. Helder  
177 (MME) perguntou quanto ao uso das expressões empreendedor ou interessado, se seria  
178 decidido ou utilizados os dois termos conjuntamente ou esperaria a opinião da Sra. Andréa da  
179 Secretaria de Energia do MME. A Sra. Patrícia (Indústrias) questionou se esses  
180 procedimentos e expressões não deveriam estar também nos procedimentos de licenciamento  
181 ambiental. Lembrou que a CTPOAR estaria adaptando os procedimentos de recursos hídricos  
182 para o uso do termo empreendedores. O Sr. Roberto (SRH/MMA) rememorou as justificativas  
183 colocadas pela Sra. Andréa, cujas, ações nem sempre seriam somente de empreendedores. A  
184 Sra. Leila (CERH/SP) consultou a todos pelo uso das duas expressões  
185 (empreendedor/interessado) na substituição da palavra usuário, o que foi acatado pelos  
186 membros. *Item 4 – Análise das propostas encaminhadas pelo GT – PL 1616-Outorga.* Quanto  
187 a apreciação do PL 1616, a presidente da CTPOAR solicitou que os membros enviassem suas  
188 contribuições por e-mail para serem analisados na próxima reunião. O Sr. Helder (MME)  
189 ponderou que o PL 1616 já estaria ultrapassado/antigo e por esse aspecto talvez não fosse  
190 adequada a continuidade da análise do documento. A Sra. Patrícia (Indústrias) complementou  
191 informando que a justificativa maior para a publicação do PL 1616 era a regularização das  
192 agências de bacias, mas que este motivo já seria matéria vencida e que agora praticamente  
193 abordaria a outorga, sendo esta uma matéria dinâmica. Sugeriu que fosse verificado, junto a  
194 Câmara dos Deputados onde estaria o PL 1616 para que o CNRH fizesse o encaminhamento  
195 mais adequado, vislumbrando assim uma visão pró-ativa. O Sr. Helder (MME) sugeriu  
196 reunião conjunta com a CTAS, para que a proposta de resolução em elaboração não fosse  
197 mais uma. *Item 5- Assuntos Gerais.* A Sra. Leila (CERH/SP) disse não ser uma delegação,  
198 mas que gostaria que os Estados apresentassem os aspectos da outorga e do licenciamento que  
199 precisassem de regulamentação, para que pudessem ser aproveitados já nesta proposta de  
200 resolução ou em outra deliberação desse Conselho, devido existência de pontos importantes a

201serem discutidos. A Sra. Patrícia (Indústrias) sugeriu que fosse feito um informe sobre o GT  
202do CONAMA que estaria estudando o enquadramento de águas subterrâneas, considerando as  
203similaridades desse assunto com a outorga de águas minerais. A Sra. Maira Luíza  
204(CERH/MG), como membro desse GT do CONAMA, explicou que o assunto não se  
205encontraria amadurecido, que possui uma participação de órgãos gestores de meio ambiente,  
206mas percebeu-se a ausência de órgãos gestores de recursos hídricos, precisando ser  
207convocados. Ponderou sobre a invasão de competência que estaria ocorrendo na elaboração e  
208discussão dessa proposta de resolução. A Sra. Leila (CERH/SP) a partir da polêmica que o  
209tema possui e os temas em discussão na CT, sugeriu que o assunto viesse para esta CT daqui a  
2103 meses. O Sr. Helder (MME) sugeriu que os membros desta CT que também fossem  
211membros do GT do CONAMA apresentassem as informações sobre o andamento do assunto.  
212A Sra. Leila (CERH/SP), consultou os membros quanto a data da 51ª reunião da CTPOAR,  
213sendo acordada o dia 28/04, para iniciar a discussão da outorga de lançamento de efluentes,  
214com a apresentação dos órgãos de meio ambiente e recursos hídricos local e um usuário de  
215recursos hídricos, no caso a COPASA e no dia 27/04 a tarde, a 5ª Reunião do GT Águas  
216Minerais CTAS e CTPOAR, conjunta com a CTAS, em Belo Horizonte, ocasião em que  
217estaria acontecendo o Simpósio Latino-Americano de Monitoramento de Águas  
218Subterrâneas. A 50ª Reunião foi encerrada às 17h04.

219

220

221Ata aprovada na 51ª reunião, realizada em 12 de setembro de 2006.

222

223

224

LEILA DE CARVALHO GOMES  
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA  
Relatora da CTPOAR

225